

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PANORAMA ECONÔMICO E PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

A conjuntura econômica internacional exibiu ao longo de 2012 indicadores que sinalizaram uma situação econômica mundial fraca, com a zona do euro apresentando recessão, EUA crescendo de forma lenta e gradual e China reduzindo o seu patamar de crescimento de dois dígitos para algo em torno de 8%.

No Brasil, a atividade econômica também apresentou um crescimento muito abaixo do esperado, mas os sinais de recuperação econômica começam a aparecer após as diversas medidas de estímulo aplicadas pelo governo. A baixa taxa de desemprego, a expansão da massa salarial, a redução dos atuais níveis de inadimplência, bem como a estabilidade monetária continuam sendo fatores determinantes para crescimento. Acredita-se que ao longo de 2013 o processo de retomada do crescimento se consolidará na economia brasileira, quando poderemos observar o crescimento do PIB acima de 3% ao ano.

As perspectivas econômicas brasileiras para 2013 dependerão da recuperação dos investimentos e da indústria que apresentaram retração em 2012 e de uma melhora do cenário global sem deterioração dos fundamentos das economias centrais e da China. Ao final do ano de 2013 deve-se observar o início de um aperto monetário devido à pressões inflacionárias advindas de um mercado de trabalho aquecido, da inércia inflacionária e da série de estímulos à economia implementada pelo governo. Espera-se que ao final de 2013 a taxa de juros básica (Selic) atinja um nível de 7,75% ao ano e a inflação medida pelo IPCA fique próxima a 5,5% ao ano.

Assim, considerando ainda a manutenção do atual nível de emprego, a continuidade do ganho de massa salarial e, consequentemente, o contínuo crescimento da demanda interna, bem como uma melhora, mesmo que marginal, no ambiente internacional, a administração do Banco Fidis acredita em um

cenário positivo para a Instituição e que existirão adequadas oportunidades de negócios no Sistema Financeiro Nacional.

A EMPRESA

O Banco Fidis S/A, constituído sobre a forma de banco múltiplo (carteiras de crédito, financiamento e investimento, investimentos e arrendamento mercantil), tem como último acionista de referência a Fiat S.p.A., da Itália, e tem como missão suprir às necessidades financeiras das redes de concessionárias Fiat, Iveco e Chrysler, notadamente por meio do financiamento dos estoques (floor-plan) e de linhas para capital de giro. Além do financiamento às concessionárias, o Banco Fidis oferece, através de suas Unidades de Negócios *Iveco Capital* e *Chrysler Group Financial Services*, linhas de crédito destinadas à aquisição dos produtos fabricados pela Iveco e pela Chrysler (repasses BNDES, CDC, Leasing e financiamentos de capital fixo).

DESEMPENHO ECONÔMICO

A receita de intermediação financeira do Banco Fidis em 2012 foi de R\$514 milhões, uma redução de 3,39% em relação ao exercício de 2011, como consequência de um baixo crescimento nas operações de crédito e de uma redução principalmente nas operações de TVM, que apresentaram uma queda de 16,99%.

O resultado antes da tributação sobre o lucro e participações do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$69,6 milhões, 7,99% menor do que o do ano de 2011.

O lucro líquido do exercício 2012 foi de R\$51,1 milhões, inferior em 26,69% em relação ao lucro líquido do ano anterior, em função do impacto da consolidação da anistia proporcionados pela Lei nº 11.941/09, notadamente pelo tratamento fiscal aplicável à matéria, ocorrido no ano precedente.

OUVIDORIA

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco Fidis, atendendo ao disposto na Resolução nº 3.849, do Conselho Monetário Nacional, implantou em 2007 sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor ao Conselho de Administração e à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas em decorrência da análise das reclamações recebidas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTROLES INTERNOS

O Banco Fidis mantém uma estrutura de Governança Corporativa e Controles Internos aderente às exigências da Resolução nº 3.467 do Banco Central do Brasil e no Decreto Lei italiano nº 231. Na estrutura de Controles Internos destaca-se o Comitê de Controles Internos, onde participam, entre outros, a área de *Compliance*, Auditoria Interna e Diretoria.

A estrutura de Governança abrange as áreas de *Compliance*, Controles Internos e Auditoria Interna do Banco Fidis, Auditoria Interna Fiat SpA, Risco Operacional e tratativas de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, conforme Circular nº 3.461.

Seguindo os padrões adotados pelo Grupo Fiat, o Banco Fidis efetua anualmente avaliações de riscos e testes de controles ICFR (*Internal Control Over Financial Reporting*), objetivando garantir os processos de Contabilidade e *Reporting*.

AGRADECIMENTOS

O Banco Fidis agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros pelo empenho e confiança demonstrados no transcorrer do exercício.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

ATIVO		PASSIVO	
31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Circulante	4.257.480	3.701.714	2.447.005
Disponibilidades	3.208	4.804	2.086.085
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	501.985	88.813	951.494
Aplicações no mercado aberto	501.985	88.813	862.225
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	138.176	12	409.542
Carteira própria	138.171	-	409.542
Diferencial a receber	5	12	2.957
Operações de crédito (Nota 6)	3.471.611	3.532.171	2.957
Operações de crédito - setor privado	3.546.196	3.588.983	2.957
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	(74.585)	(56.812)	87.252
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	(1.605)	(2.664)	14.660
Arrendamentos a receber	10.544	15.245	3.053
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(9.973)	(15.148)	391
Provisão para créditos de arrendamentos a receber	(2.176)	(2.761)	13.660
Outros créditos (Nota 7)	129.819	70.198	70.148
Rendas a receber	2.838	1.260	9.464
Diversos	126.981	68.938	2.586.209
Outros valores e bens	14.286	8.380	1.100.671
Outros valores e bens	14.281	8.380	1.136.006
Despesas antecipadas	5	-	200.662
Realizável a longo prazo	1.119.291	1.408.239	619.734
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	87.215	125.364	819.251
Carteira própria	87.169	125.174	819.251
Diferencial a receber	46	190	835.689
Operações de crédito (Nota 6)	923.831	1.145.706	5.889
Operações de crédito - setor privado	965.788	1.175.163	5.889
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	(41.957)	(29.457)	1.539
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	(500)	(1.055)	5.889
Arrendamentos a receber	7.845	17.327	40.664
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(7.845)	(17.327)	28.359
Provisão para créditos de arrendamentos a receber	(500)	(1.055)	12.305
Outros créditos (Nota 7)	108.745	138.224	12.043
Diversos	108.745	138.224	12.043
Permanente	27.520	39.654	8.375
Investimentos	499	341	492.569
Investimentos	499	341	448.703
Imobilizado de uso	3.971	2.674	362.444
Imobilizações em curso	948	-	112.176
Outras imobilizações de uso	4.407	3.500	336.527
Depreciação acumulada	(1.384)	(826)	271.833
Imobilizado de arrendamento (Nota 8)	19.868	31.169	46.695
Bens arrendados	35.529	46.165	85.390
Depreciação acumulada	(29.246)	(28.617)	(2.829)
Superveniência de depreciação	13.585	13.621	(1.153)
Diferido	2.456	4.982	-
Gastos pré-operacionais	2.177	1.515	-
Amortização acumulada	(1.161)	(437)	-
Perdas em arrendamentos a amortizar	3.363	4.519	-
Amortização perdas diferidas	(1.923)	(615)	-
Intangível	726	488	-
Ativos intangíveis	936	589	-
Amortização acumulada	(210)	(101)	-
Total do ativo	5.404.291	5.149.607	5.404.291
			5.149.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 E PARA O 2º SEMESTRE DE 2012

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Exercícios findos	
	Segundo semestre de 2012	em 31 de dezembro de 2012
Receitas da intermediação financeira	231.194	514.012
Operações de crédito	192.121	438.087
Operações de arrendamento mercantil	8.431	18.510
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	30.642	57.415
Despesas da intermediação financeira	(168.180)	(381.872)
Operações de captação no mercado	(111.692)	(255.922)
Operações de arrendamento mercantil	(5.132)	(11.847)
Empréstimos, cessões e repasses	(29.678)	(61.559)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	(21.678)	(52.544)
Resultado bruto da intermediação financeira	63.014	132.140
Outras receitas (despesas) operacionais	(31.744)	(58.929)
Receitas de prestação de serviços	536	1.072
Receitas com cobrança de tarifas	2.637	3.946
Despesas de pessoal	(6.159)	(11.818)
Outras despesas administrativas (Nota 16.a)	(22.402)	(43.938)
Despesas tributárias	(5.064)	(10.675)
Outras receitas operacionais (Nota 16.b)	11.260	28.084
Outras despesas operacionais (Nota 16.c)	(12.552)	(25.600)
Resultado operacional	31.270	73.211
Resultado não operacional	(1.516)	(2.297)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	29.754	70.914
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	(2.105)	(18.454)
Participações dos empregados nos lucros	(760)	(1.359)
Lucro líquido do semestre/exercício	26.889	51.101
Lucro líquido do semestre/exercício por ação - R\$	0,06	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 E PARA O 2º SEMESTRE DE 2012

(Em milhares de reais)

	Exercícios findos	
	Segundo semestre de 2012	em 31 de dezembro de 2012
Receitas	238.729	514.012
Intermediação financeira	3.173	5.018
Prestação de serviços	(21.678)	(52.544)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.209	25.782
Outras receitas operacionais	222.433	492.268
Despesas de intermediação financeira	(146.502)	(329.328)
Insunhos adquiridos de terceiros	(837)	(1.472)
Materiais, energia e outros	(19.313)	(38.146)
Serviços de terceiros	(10.048)	(22.293)
Outras despesas administrativas	(30.198)	(61.911)
Valor adicionado bruto	45.733	101.029
Depreciações e amortizações	(4.293)	(6.751)
Valor adicionado líquido produzido a distribuir	41.440	94.278
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal:		
Remuneração direta	4.545	8.695
Benefícios	1.150	2.210
FGTS	294	567
5.989	11.472	8.101
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.777	11.013
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(672)	7.441
PIS e COFINS	4.749	10.014
INSS e outras despesas tributárias	958	1.837
Estaduais	-	62
Municipais	287	525
8.099	30.830	17.055
Remuneração de capitais de terceiros:		
Aluguéis	463	875
463	875	729
Remuneração de capitais próprios:		
Juros sobre o capital próprio	23.580	23.580
Lucros retidos (Reserva legal/especial)	26.311	27.521
26.889	51.101	69.701
Valor adicionado total distribuído	41.440	94.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 E PARA O 2º SEMESTRE DE 2012

(Em milhares de reais)

	Exercícios findos			Exercícios findos	
	Segundo semestre de 2012	em 31 de dezembro de 2012		Segundo semestre de 2012	em 31 de dezembro de 2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais	26.889	51.101	69.701	414.398	(508.363)
Lucro líquido do semestre/exercício	26.889	51.101	69.701	414.398	619.734
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre/exercício com o caixa gerado				43.389	48.176
Pelas atividades operacionais:				2.422	5.975
Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	21.678	52.544	43.735	(43.082)	24.290
Baixas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	(23.405)	(23.411)	(18.926)	2.373	3.669
Depreciações e amortizações	4.293	6.751	1.670	5.410	193.481
Depreciações de bens de arrendamento mercantil	5.094	11.678	15.171	147.960	486.029
Superveniência de depreciação, líquida (Nota 8)	(1.717)	(4.179)	(5.835)	-	-
Perda na alienação de bens não de uso próprio	1.461	2.184	1.091	-	-
Perda na alienação de imobilizado de uso	-	-	65	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	(672)	7.441	5.896	-	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 12)	2.777	11.013	-	-	-
Constituição (reversão) líquida da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (Notas 13.a, 13.b, 16.c)	(261)	766	(56.301)	-	-
(Atualização) reversão monetária de depósitos judiciais (Notas 16.b, 16.c, 17.b)	(153)	(877)	3.218	-	-
Baixa de depósitos judiciais (Nota 7.2)	-	4.860	-	-	-
Ganhos auferidos na liquidação de passivos contingentes - Lei 11.941/09 (Nota 17.a)	-	-	(44.239)	-	-
Variação das cotas do investimento permanente	19	42	13	-	-
	36.003	119.913	15.259	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais	(93.997)	(101.691)	(42.515)	146.327	482.965
TVM e instrumentos financeiros derivativos	(93.997)	(101.691)	(42.515)	-	-
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	161.875	251.687	(1.221.630)	-	-
Outros créditos	41.098	29.823	(39.651)	-	-
Outros valores e bens	(8.864)	(15.094)	(9.375)	-	-
Baixa de imobilizado de arrendamento e superveniência de contratos encerrados	3.634	3.802	5.945	-	-
Alienação de bens não de uso próprio (garantias de operações de crédito tomadas por inadimplência)	4.449	7.004	8.028	-	-
Diferido - perdas líquidas de operações de arrendamento encerradas	(1.648)	(2.896)	(4.519)	-	-
	106.547	172.635	(1.303.717)	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(414.398)	(508.363)	445.273	430.255	93.617
Depósitos	414.706	619.734	-	576.582	576.582
Obrigações por recursos de letras financeiras	43.389	48.176	353.166	-	-
Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	2.422	5.975	(1.845)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(43.082)	24.290	32.167	-	-
Outras obrigações	2.373	3.669	3.165	-	-
Resultado de exercícios futuros	5.410	193.481	831.926	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	147.960	486.029	(456.532)	146.327	482.965
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	(200)	(225)		

CNPJ nº 62.237.425/0001-76

Avenida Contorno, 3455 - Bairro Paulo Camilo - Betim - MG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. **Contexto operacional**
 O Banco Fidis S.A. ("Banco") é um banco multiplataforma autorizado a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, subsidiadas pelas Instruções Financeiras - Cofins, bem como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, após referendados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil - BCEN.

A administração do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologado pelo BCEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BCEN:

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.889/11;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 - Evento subsequente (homologado pela Resolução BCEN nº 3.973/11);
- CPC 25 - Provisões passivas contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e;
- Pronunciamento conceitual básico (R1) - homologado pela Resolução BCEN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BCEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização das mesmas será de natureza prospectiva ou retrospectiva.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e pressupostos, tais como: mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para riscos; perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e pressupostos.

As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2013.

2.1. Representação de exercícios anteriores

De acordo com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, o Banco reclassificou em 31 de dezembro de 2011 o saldo decorrente da demonstração dos resultados, do fluxo de caixa e do valor adicionado, de forma a garantir a comparabilidade das informações apresentadas nestas demonstrações financeiras.

	Publicado	31/12/2011	Reclassificação	Representado
Demonstração dos resultados				
Recitas da intermediação financeira	434.966	1.850		436.816
Operações de crédito				
Despesa da intermediação financeira	(41.885)	(1.850)		(43.735)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Demonstração do valor adicionado				
Recitas				
Intermediação financeira	530.061	1.850		532.061
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(41.885)	(1.850)		(43.735)
Demonstração do fluxo de caixa				
Ajustes ao lucro líquido				
Baixas da provisão para crédito de liquidação duvidosa	(17.076)	(1.850)		(18.926)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(1.223.480)	1.850		(1.221.300)
Operações de crédito e de arrendamento mercantil				

3. Principais práticas contábeis

3.1. Resultado das operações - As receitas e despesas são registradas em observância ao regime de competência.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa - São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados pelo Banco no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os saldos no final do exercício são os seguintes:

	2012	2011
Caixa e saldo em bancos	1.208	4.804
Aplicações interfinanceiras de liquidez	501.985	88.813
Número em trânsito (*)	71.389	-
Total	576.582	93.617

(*) Refere-se ao recebimento no último dia útil do mês de dezembro de valores das operações de crédito, cujos recursos ficaram disponíveis para o Banco em D + 1. No entanto, é demonstrado na rubrica "Outros créditos", conforme nota explicativa nº 7, em conformidade com a estrutura de apresentação do Cosif para operações dessa natureza.

3.3. Ativos circulante e realizável a longo prazo - São demonstrados pelos valores originais, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, em base "pro rata die", deduzidos das correspondentes retidas a apropriar e provisão para perdas, quando aplicável.

3.4. Títulos e valores mobiliários - Para registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários, o Banco adota os critérios determinados pela Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil. De acordo com esses critérios, os títulos e valores mobiliários mantidos pelo Banco estão sendo classificados e avaliados na categoria de títulos disponíveis para venda. Esses títulos são registrados ao valor de custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são contabilizados no resultado e são ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destinada ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.

3.5. Instrumentos financeiros derivativos - São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizados como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil. Os derivativos utilizados para proteger operações de crédito e garantias com operações de crédito são classificados em operações de hedge de acordo com o seguinte:

3.5.1. Hedge de risco de câmbio - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

3.5.2. Hedge de risco de Caixa - A parcela efetiva do hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários. O ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos bens objeto de hedge é reconhecido em conta específica do patrimônio líquido, quando efetivo. A parcela não efetiva do hedge, quando aplicável, é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

3.5.3. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, a natureza e o garantimento, com o reconhecimento de provisões para créditos de liquidação duvidosa no mínimo em 1% em relação à análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

As retidas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas, exceto em relação a "H", permanecendo em nível de risco de não recebimento por no mínimo 60 meses. As operações baixadas contra a provisão existente mesmo se ser controladas em contas de compensação, não foram figurado no balanço patrimonial.

As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a negociação.

3.5.4. Imposto de renda e contribuição social - Estão calculadas levando em consideração a legislação fiscal em vigor. A provisão para o imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre os lucros tributáveis, acrescidos de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para a contribuição social foi calculada à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda, ajustado conforme legislação específica. O Banco também reconhece o imposto de renda e contribuição social que são calculados sobre as diferenças temporárias, bem como sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, na medida em que há expectativa de sua realização, calculados pelas alíquotas vigentes à época dos balanços.

3.5.5. Imobilizado de uso - É demonstrado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens: 10% para móveis e utensílios e 20% para o sistema de processamento de dados e veículos.

3.5.6. Arrendamento mercantil - As despesas decorrentes dos bens arrendados são contabilizadas mensalmente de forma linear com base nos respectivos prazos úteis de vida útil. Os resultados das operações são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", sendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil. Conforme diretrizes estabelecidas pelo BCEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras de forma diferente aprada entre o valor contábil dos arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente líquido dos ativos e passivos relacionados à sua carteira de arrendamento mercantil, calculado pelas respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ativos são contabilizados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

3.5.7. Depósitos e obrigações por repasses - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos excetivos até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

3.5.8. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras. Os passivos contingentes, complexidade e histórico das ações e no opinião dos assessores jurídicos internos e externos quanto o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

3.5.9. Demais passivos circulante e exigível a longo prazo - São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos com base "pro rata die".

3.5.10. Lucro por ação - Calculado com base no número de ações em circulação na data dos balanços.

3.5.11. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2012	2011
Compressões - carteira própria:		
FT - Letras Financeiras do Tesouro	63.716	-
LTN - Letras do Tesouro Nacional	39.999	81.310
NNN - Notas do Tesouro Nacional	140.811	7.503
Outras aplicações em depósitos interfinanceiros	501.985	88.813
Total	746.511	177.626

3.5.12. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação contábil e avaliação ao valor de mercado:

Títulos disponíveis para venda	2012			2011		
	Custo corrigido	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado	Custo corrigido	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Livres:						
FT - Letras Financeiras do Tesouro	146.574	146.701	127	125.393	124.903	(490)
LTN - Letras do Tesouro Nacional	78.639	78.639	-	-	-	-
NNN - Notas do Tesouro Nacional	140.811	140.811	-	7.503	7.503	-
Outras aplicações em depósitos interfinanceiros	501.985	88.813	(412.172)	88.813	88.813	-
Total	225.213	225.340	127	125.664	125.714	(490)

(*) Representa os títulos dados em garantia para discussões jurídicas das quais o Banco é parte.

O valor de mercado dos títulos foi apurado com base nas cotações de preços do mercado divulgado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais Fixos na data do balanço.

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por prazo de vencimento:

Títulos disponíveis para venda	2012			2011		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
2012	138.171	125.174	-	138.171	125.174	-
2011	-	-	-	-	-	-

c) Instrumentos financeiros derivativos (Swap)

Contratos de swaps	2012			2011		
	Valor referencial (Conta de compensação)	Valor a receber (a pagar)	Valor de mercado	Valor referencial (Conta de compensação)	Valor a receber (a pagar)	Valor de mercado
Ativo em D, Passivo Pré	220.700	(3.955)	(4.842)	-	-	-
Passivo circulante	-	(5.889)	-	-	-	-
Exigível a longo prazo	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	-	460	601	-	-	-
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-

3.5.13. Instrumentos financeiros derivativos (Swap)

Contratos de swaps	2011			2012		
	Valor referencial (Conta de compensação)	Valor a receber (a pagar)	Valor de mercado	Valor referencial (Conta de compensação)	Valor a receber (a pagar)	Valor de mercado
Ativo em D, Passivo Pré	118.040	(2.669)	(1.432)	-	-	-
Passivo circulante	(721)	(1.332)	-	-	-	-
Exigível a longo prazo	(1.539)	-	-	-	-	-
Ativo circulante	-	12	19	-	-	-
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no patrimônio líquido bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de hedge possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
2012	(974)	(3.934)	66	(4.842)
2011	(308)	(1.164)	40	(1.432)
Transações e compromissos futuros objeto de hedge:				
2012	606.693	643.745	379.498	1.629.936
2011	121.401	488.521	17.418	627.340

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros, únicos e exclusivamente, com o intuito de hedge. O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas pré-fixadas. Com

o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros. O Banco contrata operações de Swap de Taxas de Juros em que é pago o valor nominal corrigido por taxa de juros (Iba) e recebe o valor nominal corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, o risco de taxa de juros do item objeto de hedge. Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imputando no resultado econômico variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas.

A efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável, é apropriada diretamente ao resultado do exercício.

Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento de "duration gap" e "interest rate" e o "V@R" ("Value at Risk"). Quando o par ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Riscos de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo Fiat, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indicadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotado pelo Banco.

Os instrumentos financeiros derivativos são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, liquidado dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como hedge de fluxo de caixa.

3.5.14. Instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários

A seguir são apresentadas as movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituída no patrimônio líquido:

Instrumentos financeiros	2012		2011	
	Títulos e valores mobiliários	Total	Títulos e valores mobiliários	Total
Saldo da reserva do valor justo no início do exercício	(14.432)	(15.923)	(14.432)	(15.923)
Perdas apropriadas no resultado do exercício (*)	(4.408)	(4.408)	(4.408)	(4.408)
Variações do valor justo no patrimônio líquido	998	617	1.615	1.615
Saldo da reserva do valor justo no final do exercício	(4.842)	(127)	(4.842)	(127)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social (Nota 7.1)	1.937	1.896	1.937	1.896
Ajuste de avaliação patrimonial	(2.905)	76	(2.829)	76

3.5.15. Instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários

Instrumentos financeiros	2012		2011	
	Títulos e valores mobiliários	Total	Títulos e valores mobiliários	Total
Saldo da reserva do valor justo no início do exercício	(445)	383	(445)	383
Perdas apropriadas no resultado do exercício (*)	(4.311)	(4.311)	(4.311)	(4.311)
Variações do valor justo no patrimônio líquido	(2.364)	(1.318)	(3.662)	(1.362)
Saldo da reserva do valor justo no final do exercício	(1432)	(490)	(1432)	(490)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social (Nota 7.1)	1.937	1.896	1.937	1.896
Ajuste de avaliação patrimonial	(859)	(294)	(859)	(1.153)

(*) As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de hedge no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

3.5.16. Operações de crédito, arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Carteira de créditos:	2012		2011	
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos
Subtotal operações de crédito	505.448	4.289.310	505.448	4.289.310
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	4.764.146	28.678	4.764.146	28.678
Total	4.258.702	4.297.924	4.258.702	4.297.924

3.5.17. Composição da carteira de créditos por prazo de vencimento:

Vencidos	2012		2011	
	Até 14 dias	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	De 181 a 365 dias
Até 14 dias	8.785	1.242	0,19	0,07
De 15 a 60 dias	8.021	8.380	0,18	0,17
De 61 a 180 dias	12.184	6.340	0,25	0,14
De 181 a 365 dias	9.945	5.281	0,22	0,11
Acima de 365 dias	5.805	5.103	0,13	0,10
Total	44.740	26.487	0,99	0,55

3.5.18. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

A vencer	2012		2011	
	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	Até 180 dias	De 181 a 365 dias
Saldo no início do exercício	31.289,00	3.199,54	69,08	66,76
Reversão de créditos baixados como prejuízo	388.154	377.224	8,46	7,78
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	972.363	1.189.059	21,47	24,81
Saldo no final do exercício	4.484.418	4.762.824	100,00	100,00

3.5.19. Instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários

Instrumentos financeiros	2012		2011	
	Títulos e valores mobiliários	Total	Títulos e valores mobiliários	Total
Saldo no início do exercício	90.085	65.276	90.085	65.276
Reversão de créditos baixados como prejuízo	52.544	43.735	52.544	43.735
Baixas contra a provisão	(198.236)	(198.236)	(198.236)	(198.236)
Saldo no final do exercício	(119.118)	(60.985)	(119.118)	(60.985)

3.5.20. Instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários

Instrumentos financeiros	2012		2011	
	Títulos e valores mobiliários	Total	Títulos e valores mobiliários	Total
Saldo no início do exercício	90.085	65.276	90.085	65.276
Reversão de créditos baixados como prejuízo	42.457	30.512	42.457	30.512

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
15. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 585.875.263 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 0,731658472 cada.

O capital social, em 31 de dezembro de 2012, é assim composto:

Acionistas	Quantidade Ações ordinárias	Capital Social em R\$	%
Fidis S.p.A.	439.406.444	321.495.447,40	75,00
Fiat Automóveis S.A.	146.468.814	107.165.149,38	25,00
Outros (*)	5	2,93	0,00
	585.875.263	428.660.599,71	100,00

(*) Refere-se a ações detidas pelos membros eleitos do Conselho de Administração.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Em 27 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social de R\$321.680 para R\$337.261, mediante a absorção dos juros sobre capital próprio referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 no valor de R\$15.581.

Ainda no primeiro semestre de 2011, após aprovação do Banco Central da referida deliberação dos acionistas feita em 27 de dezembro de 2010, foi realizada a transferência da rubrica aumento de capital para a conta capital social, em conformidade com as normativas do Banco Central, produzindo assim os efetivos reflexos contábeis e societários decorrentes dessa aprovação.

Em 04 de março de 2011, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária além de ratificar a deliberação de aumento de capital feita pela Assembleia Geral Extraordinária de 27 de dezembro de 2010, deliberou também pelo aumento de capital social através da absorção da reserva especial de lucros no montante de R\$25.183 relativa aos lucros retidos do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 30 de dezembro de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou novo aumento de capital social mediante a absorção da reserva especial de lucros no montante de R\$66.216 relativa ao lucro retido do exercício de 2011.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Em 17 de janeiro de 2012, o Banco Central aprovou a ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ocorrida em 04 de março de 2011, que ratificou o aumento de capital feito pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de dezembro de 2010, através da absorção da reserva especial de lucros no montante de R\$25.183 relativa ao lucro retido do exercício de 2010. Dessa forma, foi realizada a transferência da rubrica aumento de capital para a conta de capital social, em conformidade com as normativas do Banco Central, produzindo assim os efetivos reflexos contábeis e societários decorrentes dessa aprovação, aumentando, portanto, o capital social de R\$337.261 para R\$362.444 com emissão de novas ações.

Em 16 de março de 2012, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ratificou a deliberação de aumento de capital feita pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2011, através da absorção da reserva especial de lucros no montante de R\$66.216 relativa ao lucro retido do exercício de 2011. Em 23 de abril de 2012, o Banco Central também aprovou a ata da referida Assembleia, passado assim o capital social de R\$362.444 para R\$428.660 com emissão de novas ações.

Em 18 de dezembro de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou novo aumento de capital social de R\$428.660 para R\$448.703, mediante a absorção dos juros sobre capital próprio referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no valor líquido de R\$20.043. Adicionalmente, foi proposto também na referida Assembleia mais um aumento de capital social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$24.966 relativa ao lucro retido do exercício de 2012. A efetivação dos aumentos do valor do capital social, com a consequente alteração da quantidade de ações, ocorrerá somente após aprovação pelo Banco Central da deliberação dos acionistas feita em 18 de dezembro de 2012.

b) Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, conforme regulamentação da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações.

c) Reserva de expansão

Em conformidade com o Artigo 196, da Lei nº 6.404/76, em 2009, o Banco constituiu reserva de expansão com o objetivo de reter parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital.

d) Destinação do resultado

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido do exercício calculado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, deduzido da reserva legal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Banco distribuiu aos seus acionistas juros sobre capital próprio em consonância com a legislação tributária em vigor, conforme demonstrado abaixo:

Juros sobre capital próprio:	
Valor bruto	23.580
Imposto de renda retido na fonte	(3.537)
Valor líquido	20.043
Juros sobre capital próprio por ação	0,04

Em conformidade com o parágrafo 3º, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, a Administração do Banco, ratificado pela Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 30 de dezembro de 2011, relativa ao lucro do exercício de 2011, e pela Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 18 de dezembro de 2012, relativa ao lucro do exercício de 2012, propôs a distribuição de dividendos inferiores ao mínimo obrigatório, destinando, como reserva especial de lucros, a totalidade do lucro do exercício após a constituição da reserva legal e distribuição de juros sobre capital próprio, esse último apenas em referência ao exercício de 2012, nos montantes de R\$24.966 e R\$66.216 relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, respectivamente.

A referida reserva, referente ao lucro não distribuído do exercício de 2012, será utilizada para aumento de capital após ratificação pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2013.

16. Outras informações**a) Outras despesas administrativas:**

	2º semestre 2012	2012	2011
Consultorias jurídicas	(859)	(1.595)	(1.004)
Consultoria financeira - Fiat Finanças (Nota 11)	(920)	(5.190)	(4.664)
Serviços prestados - Fiat do Brasil (Nota 11)	(945)	(1.893)	(1.843)
Serviços inspetoria - Floor Plan	(561)	(1.557)	(1.850)
Serviços gestão documental	(621)	(1.669)	(2.234)
Licenças de uso e manutenção de sistemas	(3.742)	(7.638)	(5.596)
Serviços de correspondente no País	(1.088)	(2.672)	(1.983)
Honorários serviços cobrança	(5.603)	(6.552)	(2.303)
Despesas de alugueis	(463)	(875)	(729)
Despesas de comunicação	(659)	(1.240)	(1.392)
Despesas de cadastro	(1.155)	(1.852)	(1.270)
Despesas com o sistema financeiro	(545)	(981)	(773)
Despesas de viagens	(746)	(1.382)	(897)
Despesas promoções e relações públicas	(1.577)	(2.019)	(656)
Outras despesas administrativas	(2.918)	(6.823)	(6.587)
Total	(22.402)	(43.938)	(33.781)

b) Outras receitas operacionais:

	2º semestre 2012	2012	2011
Reversão de riscos cíveis (Nota 13.b)	-	-	1.255
Efeitos processos incluídos na anistia (Nota 17.a)	-	-	9.644
Reversão de riscos fiscais (Nota 13.a)	-	-	3.413
Recuperação de despesas diversas	6.236	12.397	3.007
Recuperação gastos cobrança	3.503	5.527	-
Atualização de depósitos judiciais	153	877	1.802
Recuperação de despesas fundo garantidor de crédito	1.174	2.247	2.500
Atualização impostos a compensar (*)	11	6.789	-
Outras rendas operacionais	183	247	1.036
Total	11.260	28.084	22.657

(*) Refere-se substancialmente à atualização monetária do processo transitado em julgamento com decisão favorável ao Banco relativo à recuperação de parte do ILL – Imposto sobre o Lucro Líquido (Imposto de Renda) cobrado nos anos 90 pelo Estado de São Paulo.

c) Outras despesas operacionais:

	2º semestre 2012	2012	2011
Despesas de riscos cíveis (Nota 13.b)	(585)	(616)	-
Despesas de riscos trabalhistas (Nota 13.b)	(407)	(486)	(151)
Depósitos judiciais cíveis e trabalhistas (Nota 7.2)	-	(4.860)	-
Amortização de perdas diferidas de arrendamento mercantil	(3.590)	(5.360)	(615)
Juros sobre provisão para riscos fiscais (Nota 13.a)	(283)	(1.040)	(2.075)
Efeitos do processo do Plano Real (Nota 17.b)	-	-	(11.216)
Juros sobre impostos	(92)	(707)	(2.447)
Campanha Comercial Fiat Automóveis (Nota 11)	(3.000)	(6.000)	(2.000)
Despesas processuais de cobrança	(2.640)	(4.297)	(2.282)
Outras despesas operacionais	(1.955)	(2.234)	(2.015)
Total	(12.552)	(25.600)	(22.801)

Conforme disposto na Resolução nº 3.490/08, do Conselho Monetário Nacional, e disposições complementares, a partir de 1º de janeiro de 1995 as instituições financeiras devem manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderado por fatores que variam de 0% a 300%. Em 31 de dezembro de 2012, o índice de Basileia era de 15,38%, sendo o índice mínimo exigido pela referida Resolução é de 11%.

O índice da Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

	31.12.12	31.12.11
Base de Cálculo	31.12.12	31.12.11
Patrimônio líquido	492.569	446.681
(-) Ativos diferidos	(2.456)	(4.982)
(-) Ajustes ao valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros derivativos	(2.981)	(1.153)
(-) Excesso de crédito tributário em relação ao PR de Nível I	(6.875)	(16.844)
Patrimônio de referência nível I	480.257	423.702
(+) Ajustes ao valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros derivativos	2.981	1.153
Patrimônio de referência nível II	483.238	424.855
(a) Patrimônio de Referência total (nível I + nível II)	483.238	424.855
Alocação de Capital:		
Risco de crédito – PEPR	322.973	358.394
Risco operacional – POPR	22.751	17.827
(b) Patrimônio de Referência Exigido	345.724	376.221
(c) Risco de mercado - RBAN	1.121	626
Margem = a - (b+c)	136.393	47.958
Índice da Basileia	15,38%	12,42%

e) Limites de imobilização:

Base de Cálculo	31.12.12	31.12.11
Patrimônio de Referência - PR	483.238	424.855
(a) Situação do imobilizado	5.196	3.503
(b) Limite para imobilização (50% PR)	241.619	212.428
Margem (b - a)	236.423	208.925
Índice de Imobilização em relação ao PR	1,08%	0,82%

17. Impactos da Lei nº 11.941/09 e efeitos do processo "Plano Real" - Exercício findo em 31 de dezembro de 2011**a) Impactos da Lei nº 11.941/09:**

Em 18 de setembro de 2009, o Banco protocolou na RFB - Receita Federal do Brasil e na PGNF - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional a sua intenção em aderir ao programa de parcelamento de débitos federais regulamentado pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Desde então, vinha recolhendo as parcelas mínimas estabelecidas no programa até que ocorresse a consolidação dos débitos por parte dos órgãos do Governo.

Em 04 de fevereiro de 2011, foi emitida a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02 estabelecendo o cronograma de consolidação dos débitos federais, tendo o Banco até 30 de junho de 2011 para reconhecimento dos efeitos dessa consolidação, em conformidade com o referido cronograma. Nas modalidades de pagamentos disponíveis no programa da RFB, o Banco optou pelo prazo de parcelamento de 180 meses, porém, realizando o pagamento antecipado desse parcelamento, obtendo os benefícios econômicos da redução dos encargos.

Antes do reconhecimento contábil dos valores devidos pela consolidação da anistia, o Banco procedeu à reversão contábil das provisões para riscos fiscais correspondentes, conforme informado na nota explicativa nº 13.a. Em seguida, o Banco reconheceu os valores da consolidação bem como os efeitos dos benefícios da anistia além das reduções dos encargos de multa e juros pelo pagamento antecipado do parcelamento.

A seguir estão demonstrados os valores contabilizados na consolidação dos débitos bem como os benefícios e reduções auferidos da anistia e pelo pagamento antecipado do parcelamento.

	Valores da Consolidação	Valores dos Benefícios e Reduções	Valor do Pagamento	Valor originalmente provisionado	Efeito no resultado
Principal (*)	30.314	-	30.314	2.139	(28.175)
Juros (**)	60.994	22.931	38.063	26.493	(11.570)
Multa (**)	21.362	21.308	54	21.268	21.214
Total	112.670	44.239	68.431	49.900	(18.531)

(*) Registrado em contrapartida no resultado na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", na linha de imposto diferido. Considerando que os valores efetivamente recolhidos referem-se ao principal de imposto de renda e contribuição social, o Banco efetuou a exclusão das bases de cálculo na apuração do imposto de renda e contribuição social correntes, apurando, dessa forma, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.1.

(**) Registrado em contrapartida no resultado na rubrica "Outras receitas operacionais", conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.b.

Resumo dos valores dos impactos da Anistia Lei nº 11.941/09:

	No resultado	
	Imposto de renda e Contribuição social (Nota 12)	Outras receitas Operacionais (Nota 16.b)
Juros	-	(11.570)
Multa	-	21.214
Exclusão referente a valores dos benefícios e reduções (R\$44.239 x 40%)	17.696	-
Parcela do principal recolhida de imposto de renda e contribuição social, que não estava provisionada, sobre o processo	(28.175)	-
Dedução do montante da base do processo (R\$30.314), citado no item anterior, considerando o efeito do aumento da alíquota da contribuição social nos impostos correntes e diferidos	37.943	-
Total	27.464	9.644

b) Impostos a recolher - Plano Real

Em função de alterações no processo envolvendo o questionamento judicial relativo aos efeitos do expurgo inflacionário do Plano Real, no primeiro semestre de 2011, o Banco decidiu por desistir da lide e efetuar o recolhimento dos valores pleiteados pela Receita Federal do Brasil.

Em consequência disso, o Banco reverteu parte dos valores provisionados na rubrica "Expurgos inflacionários - Planos Real e Verão". Os valores revertidos no montante de R\$5.177, relativos a principal (R\$1.224) e juros e multa (R\$3.953) foram registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Imposto de renda e contribuição social" e "Outras despesas operacionais", respectivamente.

Por outro lado, o Banco reconheceu na rubrica "Impostos a recolher - Plano Real" os valores devidos conforme cálculos efetuados pela Receita Federal do Brasil no montante de R\$14.819, em contrapartida nos valores nas rubricas "Imposto de renda e contribuição social", relativo ao principal de imposto de renda e da contribuição social no montante de R\$4.670 e "Outras despesas operacionais", relativo aos juros e multa no montante de R\$10.149.

A liquidação desse passivo se dará com a utilização de parte do saldo remanescente do depósito judicial, correspondente à parcela cabida ao Banco. Porém, em função da diferença de critérios na atualização monetária do referido depósito judicial, o Banco procedeu na reversão do montante de R\$5.020 de atualização monetária acumulada desde o exercício de 2002, registrando tal reversão no resultado na rubrica "Outras despesas operacionais". No exercício de 2012 foi proferida a decisão judicial ocorrendo a liquidação desse passivo (notas 7.2 e 13.a).

Resumo dos valores dos impactos do Plano Real:

	No resultado	
	Imposto de renda e Contribuição social (Nota 12)	Outras despesas Operacionais (Nota 16.c)
Reversão de provisão	1.224	3.953
Impostos a recolher (Nota 13.a)	(4.670)	(10.149)
Baixa depósito judicial	-	(5.020)
Total	(3.446)	(11.216)

18. Gerenciamento de riscos e de capital regulatório

Descrevemos abaixo, de forma sucinta, as estruturas de gestão de riscos e de capital adotadas pelo Banco. Maiores informações sobre estas estruturas, bem como as informações tratadas pela Circular 3.477 (Gestão Riscos) e Resolução 3.988 (Gestão Capital) do Banco Central do Brasil, podem ser obtidas no site do Banco na internet, no endereço www.bancofidis.com.br.

18.1 Gestão de Riscos**a) Risco operacional**

O Banco, em atendimento às exigências da Resolução 3.380 do Conselho Monetário Nacional, implementou, após a aprovação pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, com estrutura constituída sob a forma de Comitê Especial vinculado diretamente à Presidência do Banco, tendo sido cumpridas todas as etapas previstas na citada regulamentação. Os relatórios de acompanhamento estão à disposição na sede do Banco.

b) Risco de liquidez

O Banco, seguindo as normas contidas nas Resoluções 2.804, 3.464 e 4.090 do Conselho Monetário Nacional, implementou uma estrutura para Gerenciamento de Risco de Liquidez.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez deve identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a possibilidade do Banco não conseguir honrar suas operações, esperadas e inesperadas, e a possibilidade de não conseguir liquidar, a preço justo, suas posições financeiras devido ao tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado no mercado.

Essa estrutura prevê políticas e estratégias documentadas e formalizadas, incluindo política de captação, que são revisadas anualmente, processos e procedimentos, plano de contingência e testes de estresse, permitindo ao Banco manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela Administração.

O Comitê de Funding que se reúne periodicamente tem entre suas atribuições a responsabilidade de promover discussões e análises sobre a exposição ao risco de liquidez. Também acompanha os processos e procedimentos elaborados pela área de gerenciamento do risco de liquidez, garantindo a aderência às normas regulatórias estabelecidas.

c) Risco de crédito

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito implementada pelo Banco em atendimento à Resolução 3.721 do Conselho Monetário Nacional deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Banco. O Comitê de Crédito e Risco é órgão responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco. Esse comitê se reúne sempre que necessário ou por convocação do secretário, e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito. O gerenciamento do Risco de Crédito é de responsabilidade do Chief Risk Officer (CRO), que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna, assim como o diretor responsável não exerce atividades relativas à administração de recursos de terceiros ou de comercialização de operações sujeitas aos riscos de crédito.

18.2 Gestão de capital

A Gestão de Capital é realizada pelo Banco, em conformidade com a Resolução 3.988 do Banco Central, e tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco, de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

O gerenciamento de capital é realizado de forma integrada, envolvendo as principais áreas impactantes do Banco. A Controladoria é a principal responsável por controlar e monitorar o capital e o Comitê de Funding é o principal responsável por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, fazendo cumprir a Política de Gestão de Capital.

A definição de metas e limites permite que o Banco realize o monitoramento e controle do capital e das exposições aos riscos, de forma a verificar se os seus resultados alcançados e a serem realizados estão em consonância com essas metas e limites estabelecidos.

A política de Gestão de Capital bem como o Plano de Capital devem ser aprovados e revisados, no mínimo anualmente, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico do Banco e com as condições de mercado.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**A DIRETORIA****CONTROLLER**
RÔMULO SILVA GREGO
CRC-MG 47.342/O-4
CONTADOR
BRUNO CESAR MAGALHÃES CORREIA DE SÁ
CRC - MG - 084398/O-0
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Senhores Conselheiros de Administração, após exame e discussões dos Auditores Independentes, Ernst & Young Terco, aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, o Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a serem submetidos à próxima Assembleia Geral Ordinária.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do **Banco Fidis S.A.** - Belo Horizonte - MG
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Fidis S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante,